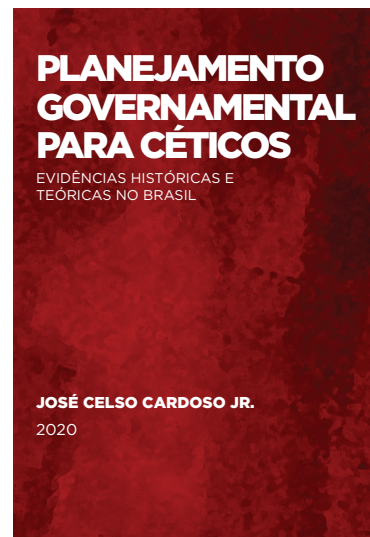


Planejamento para céticos: uma resenha para uma nova utopia



Ronaldo Coutinho Garcia¹

O livro

Este livro está composto por capítulos escritos e reescritos por José Celso Cardoso Jr. e alguns dos seus inúmeros coautores e colaboradores ao longo dos últimos cinco anos de pesquisa aplicada, assessoramento governamental e capacitação de servidores em temas do Estado brasileiro, suas organizações, instituições e o planejamento governamental em curso no Brasil.

Porquanto cada capítulo traga, individualmente, histórias próprias e contextos específicos, vistos em conjunto eles representam mais um esforço coletivo no sentido de mostrar os limites, mas também os alcances possíveis e necessários da função-planejamento em âmbito governamental.

Se, por um lado, é certo dizer que o grau de maturidade institucional brasileira neste campo está ainda muito distante do mínimo possível e necessário, com vistas a um desempenho setorial e agregado mais condizente com a realidade nacional, por outro, é igualmente correto afirmar que o planejamento governamental existe e funciona!

Tal afirmação pode parecer temerária à primeira vista, mas o fato é que, quando se pesquisa adequadamente o tema, verifica-se correlação positiva entre iniciativas semiestruturadas de planejamento e resultados setoriais e agregados em termos de entregas de bens e serviços públicos e mesmo em termos de alguns indicadores clássicos de efetividade, como crescimento econômico, bem-estar social etc...

Daí o otimismo e a positividade do título deste livro, uma aposta – como o próprio planejamento o é – no sentido de provocar o debate público sobre assunto tão controverso, aguçando para tanto o famoso “benefício

¹ Ronaldo Coutinho Garcia é Sociólogo, Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA (desde 1978), trabalhou com desenvolvimento regional/rural, bioenergia, avaliação social de tecnologias agrícolas, segurança alimentar, planejamento governamental e avaliação de políticas públicas.

da dúvida” entre os céticos, dentre os quais se destacam os próprios governantes, os dirigentes públicos e privados, os servidores públicos, acadêmicos e imensos setores da sociedade civil.

Considerando, sobretudo, o momento situacional terrível pelo qual passa o Brasil nessa quadra histórica de desânimo pessoal e desencantamento geral da nação, torna-se obrigação ética e moral de todos aqueles que ainda não desistiram de pensar e de lutar pelo desenvolvimento brasileiro, manter a mente sã e o corpo saudável, a esperança no ser humano e nas ações coletivas que ele é capaz de engendrar, única forma – ao fim e ao cabo – de promovermos algum tipo de superação positiva da crise que assola o país.

A utopia

Discutir o planejamento governamental nos tempos difíceis em que estamos vivendo é, sem dúvida, um exercício de resistência democrática. O planejamento estratégico público (PEP) é um dever do governo e um direito do cidadão. Em uma democracia a sociedade tem que ser informada sobre como o governante pretende construir o futuro da nação, para poder intervir de forma a participar em tal construção que não é obra exclusiva do governo, mas envolve a todos os atores sociais.

Os governantes que desvalorizam o PEP o fazem por incompetência e ignorância específica sobre o processo de conduzir transformações sociais que moldam o futuro ou por esposarem inconfessáveis propósitos que ferem os interesses da cidadania e da nacionalidade. Os grandes processos que levaram as nações desenvolvidas aonde hoje se encontram foram orientados por primoroso planejamento governamental, dando materialidade a projetos nacionais social e permanentemente legitimados. Nós mesmos, ainda que nem sempre em ambientes democráticos, conhecemos razoavelmente sofisticados processos de planejamento governamental e de condução de projetos nacionais. Nos governos Vargas, Juscelino e durante a ditadura militar projetos nacionais foram concebidos e implementados com o suporte de sistemas de planejamento que em suas respectivas épocas se mostraram eficazes.

A ofensiva neoliberal que alcançou o Brasil no final dos anos 80 coincidiu com a crise multidimensional que nos sufocava. Nesse roldão, não foi difícil associar o planejamento então praticado ao autoritarismo e considerá-lo responsável pelas agruras econômicas, financeiro-monetárias, sociais e mesmo políticas.

De lá para cá as ideias de Estado Mínimo, dos poderes milagrosos do mercado, da não necessidade do PEP se impuseram de forma poderosa. Conquistaram a elite cosmopolita-financeira, as universidades e boa parte da intelectualidade e consideráveis segmentos da burocracia estatal. O importante era a gestão, a desregulação e a liberação de capital do máximo possível de regras civilizatórias (que haviam permitido os anos dourados do pós Segunda Guerra). O preço pago é sabidamente elevado: aumento das desigualdades sociais; desnacionalização da economia; desindustrialização; insegurança e violência públicas, entre muitas outras consequências perversas.

É preciso que fique claro não haver alternativa ao PEP. A improvisação, as decisões erráticas, a ausência de um processo coordenador e a desarticulação público-privada não promovem o desenvolvimento nacional inclusivo, sustentável e soberano. Conduzem ao seu contrário.

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL PARA CÉTICOS, mais um instrumento de luta concebido e organizado por José Celso Cardoso Jr., vem a público em momento mais do que oportuno. Ele é necessário para enfrentarmos os descabros cometidos em série na atualidade e é uma injeção de ânimo para os que militam pela causa do bom governo, da democracia, da soberania e têm inarredável compromisso com a grande massa do povo pobre de nosso país.

Em seus capítulos, produzidos por colaboradores dedicados e pelo próprio José Celso, o livro revela tanto a trajetória acidentada dos sistemas de planejamento governamental brasileiro, como experiências setoriais promissoras que trazem consigo inspirações para que se possa avançar. Apresenta avaliações acuradas dos processos relativos à prática do planejamento na vigência da Constituição Federal de 1988 e oferece reflexões instigantes para uma reforma do Estado e da Administração Pública condizente com os anseios democrático-populares. Aponta com agudeza o dramático desmonte do Estado promovido pelo governo Bolsonaro/Guedes, realçando a sua natureza antinacional e antipopular. E traz esperanças com o lançamento de Bases para uma Refundação Democrática do Estado brasileiro.

Quando a apatia, o imobilismo, o desânimo, o desencanto tomam o espírito de muitos, um livro como o que aqui se apresenta é a sacudida que desperta, o empurrão que vence a paralisia intelectual e política, o estimulante à criatividade construtora do novo. É um chamado à luta pelo presente e o futuro de todos nós. Que nossos ouvidos estejam abertos a escutá-lo.